



Costa do Marfim

Alassane Ouattara, o Presidente eleito, com o reconhecimento da ONU, em Novembro de 2010, pôde finalmente assumir o poder, na Costa do Marfim em Abril passado após vários meses de indefinição que se seguiram à divulgação dos resultados eleitorais. Ouattara foi reconhecido como Presidente eleito pela maioria da comunidade internacional, mas o rival e Chefe de Estado cessante, Laurent Gbagbo, recusou ceder o poder. [Pag 2](#)

Eleições na Nigéria

O Presidente da Nigéria, Goodluck Jonathan, venceu as eleições presidenciais de 16 de Abril, conseguindo vencer em 32 dos 36 estados do país e na capital federal, Abuja. Goodluck Jonathan, obteve uma confortável vantagem, mais de 10 milhões de votos, sobre o segundo candidato, Muhammadu Buhari. Apesar da larga margem obtida por Jonathan, os dois maiores partidos da oposição da Nigéria anunciaram que apresentaram queixas formais contestando a contagem de votos nas eleições presidenciais [Pag 3/4/5](#)

Angola Lidera Crescimento Mundial

De acordo com o relatório anual, World Economic Outlook, do Fundo Monetário Internacional (FMI), Angola apresentará uma das maiores taxas de crescimento mundiais em 2012 (10,5%), sendo apenas superada pela economia iraquiana (12,6%). O crescimento angolano será muito superior à média estimada para a economia mundial em 2012 (4,5%). [Pag 5/6](#)

Companhias Aéreas de Moçambique Proibidas de Voar na Europa

Desde Abril que as transportadoras aéreas certificadas em Moçambique estão proibidas de realizar voos para a União Europeia. A Comissão Europeia recebeu o apoio unânime do Comité da Segurança Aérea europeu para tomar esta decisão. [Pag 6/7](#)

Cluster do Mar em Cabo Verde

O governo de Cabo Verde apresentou, em Maio, aos Estados membros da CPLP a sua aposta no "Cluster do Mar", instrumento estratégico da política de desenvolvimento cabo-verdiana, que consiste no investimento na Economia Marítima. [Pag 7](#)

Eleições Presidenciais em S. Tomé e Príncipe

No dia 14 de Abril, o actual Presidente de São Tomé e Príncipe, Fradique de Menezes, marcou a data das próximas eleições presidenciais para 17 de Julho. Menezes, no cargo desde Setembro de 2001, não respeitou, ao fixar a data, a tradição de consultar a Comissão Nacional Eleitoral (CNE). [Pag 8/9](#)

Reunião dos PMA em Istambul

Dirigentes de 48 dos chamados Países Menos Avançados (PMA), de doadores e de instituições internacionais reuniram-se a 9 de Maio, em Istambul, sob o patrocínio do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, para construir um novo plano de 10 anos, de ajuda às nações mais pobres do planeta. [Pag 9/10/11](#)

Oficiais Ruandeses Condenados por Genocídio

O General Augustin Bizimungu, foi condenado, em Maio, pelo o Tribunal da ONU, sediado na Tanzânia, para julgar os crimes de guerra no Ruanda, a 30 anos de prisão pelo papel que desempenhou no massacre que ocorreu no país durante o genocídio de 1994. [Pag 11](#)

Eleições Locais na África do Sul

Realizaram-se, a 18 de Maio, eleições locais na África do Sul. Embora o poder dominante do Congresso Nacional Africano (ANC) não estar ameaçado, estas eleições serviam para ver até que ponto o principal partido da oposição, a Aliança Democrática (DA) conseguia manter a sua rota de crescimento. [Pag 12](#)

A Crise na Costa do Marfim

Alassane Ouattara, o Presidente eleito, com o reconhecimento da ONU, em Novembro de 2010, pôde finalmente assumir o poder, na Costa do Marfim em Abril passado após vários meses de indefinição que se seguiram à divulgação dos resultados eleitorais. Ouattara foi reconhecido como Presidente eleito pela maioria da comunidade internacional, mas o rival e Chefe de Estado cessante, Laurent Gbagbo, recusou ceder o poder.

Em finais de Março, e depois de meses de impasse, as forças fiéis a Ouattara tentaram tomar o poder pela força. Falhadas várias tentativas, internas e extremas, para resolver o impasse pela via diplomática, as forças de Ouattara, contando com o apoio das forças da ONU e das tropas francesas presentes no país, deram o golpe de misericórdia em Laurent Gbagbo.

As Forças Republicanas de Cote d'Ivoire (FRCI), favoráveis a Ouattara, lançaram a ofensiva final, assumindo o controlo da cidade de São Pedro, que alberga o maior porto exportador de cacau do mundo, e a capital administrativa do país, Yamoussoukro. O avanço encontrou pouca resistência, tendo as forças das FRCI entrado na capital Abidjan em finais de Março. Na capital a resistência das forças pró-Gbagbo foi mais forte, mas não evitou que o antigo Presidente ficasse encurralado na residência presidencial.

Os últimos combates travaram-se na capital do país, o que provocou dezenas de mortos devido à utilização de artilharia pesada por parte de ambas as partes. A batalha de Abidjan, iniciada a 31 de Março pelas forças leais a Alassane Ouattara, aumentou de dimensão com a entrada em cena das forças da ONU e da França. Após uma tentativa das forças pró Gbagbo de tentarem atingir o Hotel du Golf, sede do governo de Ouattara, as forças da ONU e da França assumiram a defesa de Ouattara permitindo às forças deste lançarem uma contra-ofensiva.

Os combates terminaram a 11 de Abril com a detenção de Laurent Gbagbo pelas forças de Ouattara depois ter sido detido pelas forças francesas e da ONU. Após uma ofensiva militar generalizada, as forças marfinenses entraram no bunker da residência de Laurent Gbagbo e prenderam-no. Com o ex-Presidente estavam também a mulher Simone, considerada a dama-de-ferro do regime e o filho Michel.

Após ter controlado a situação, Alassane Ouattara assumiu oficialmente o cargo de Presidente da Costa do Marfim a 21 de Maio. O

Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon e o Presidente francês Nicolas Sarkozy, contavam-se entre os 20 dignitários estrangeiros que participaram na cerimónia, que teve lugar em Yamoussoukro. Apesar do apoio internacional, Ouattara tem pela frente a dura tarefa de pacificar um país profundamente dividido e onde os confrontos assumiram especial violência.

Ouattara anunciou que vai pedir ao Tribunal Penal Internacional uma investigação sobre os massacres ocorridos no oeste do país. Este pedido surge após a descoberta de várias valas comuns em diversas regiões do país, embora não seja claro que a autoria das mesmas tenha sido apenas da responsabilidade da facção favorável a anterior Presidente.

Por questões de segurança, a Missão da ONU, que tem a seu cargo a guarda do ex-Presidente, Laurent Gbagbo, decidiu transferi-lo para o norte do país. Muitos temem represálias e ajustes de contas contra Gbagbo e seus aliados.





Eleições Presidenciais na Nigéria

■ Luís Castelo Branco

O Presidente da Nigéria, Goodluck Jonathan, venceu as eleições presidenciais de 16 de Abril, conseguindo vencer em 32 dos 36 estados do país e na capital federal, Abuja. Goodluck Jonathan, obteve uma confortável vantagem, mais de 10 milhões de votos, sobre o segundo candidato, Muhammadu Buhari. Apesar da larga margem obtida por Jonathan, os dois maiores partidos da oposição da Nigéria anunciaram que apresentaram queixas formais contestando a contagem de votos nas eleições presidenciais.

O partido do antigo Presidente Buhari, Congresso para a Mudança Progressiva, e o partido do antigo chefe da agência anti-corrupção Nuhu Ribadu, Congresso da Acção para a Nigéria, anunciaram a apresentação das queixas devido às eventuais fraudes registadas durante a votação.

Após a divulgação dos resultados, começaram a eclodir focos de violência em várias partes do país, com especial incidência no norte do país, de maioria muçulmana. Os manifestantes incendiaram a casa do Vice-Presidente, em Zaria, no norte de Kaduna, antes de abrir as portas da prisão central da cidade, libertando os reclusos. O Governo impôs rapidamente um recolher obrigatório de 24 horas no Estado e desdobrou as forças de segurança para conter os motins.

As manifestações, que eclodiram no norte do país após a difusão da notícia da vitória do Presidente Jonathan, alargaram-se rapidamente a outros Estados.

Em Bauchi e Gombe pelo menos 10 pessoas foram mortas e vários veículos e várias casas incendiados por jovens manifestantes contra a presumível conluio entre os líderes do Partido Democrático Popular (no poder) e os responsáveis das assembleias de voto. As manifestações atingiram também os Estados de Sokoto e de Kaduna, bem como a alguns bairros da capital federal, Abuja.

O candidato do Congresso para a Mudança Progressiva (CPC), Muhammadu Buhari, vencido pelo Presidente Jonathan, tem muitos apoiantes no norte do país. Os membros do seu partido contestaram os resultados do escrutínio em vários Estados que, segundo eles, não correspondem ao número de pessoas que votaram.

As eleições presidenciais de Abril foram o culminar de um processo de várias eleições, nomeadamente para a Assembleia Nacional, Presidente, Governador e Casas do Estado. O processo eleitoral

nigeriano é complexo com os 74 milhões de eleitores a terem que escolher os candidatos de 54 partidos para 109 assentos no Senado, e 360 assentos na Câmara dos Deputados e 36 governadores. As eleições presidenciais foram a segunda etapa dum escrutínio de três fases que começou com as eleições legislativas a 9 de Abril.

A Comissão Eleitoral Independente da Nigéria considerou válido o registo de 20 candidatos para a Presidência. Tradicionalmente tem havido, dentro do maior partido nigeriano, o Partido Democrático Popular (PDP), um acordo entre o Norte muçulmano e o Sul cristão no que diz respeito à Presidência. Quando o Presidente é muçulmano o Vice-Presidente é cristão e vice-versa. No último mandato, o Presidente era o muçulmano Ar'Adua, e tinha como Vice-Presidente um cristão do sul, Goodluck Jonathan. Porém, a morte de Adua fez com que Jonathan assumisse a Presidência e se tornasse o candidato às eleições de 2011. Porém, este entendimento não foi bem aceite por todos dentro do partido do Presidente. O descontentamento foi bem evidente durante as primárias do PDP, nas quais Goodluck Jonathan venceu o seu principal rival, Atiku Abubakar, por uma larga margem, mas o processo foi ofuscado por descontentamentos internos que ameaçaram dividir o partido.

As eleições nigerianas têm sido sempre alvo de críticas devido às evidências de fraude, compra de votos e intimidações a vários candidatos. As eleições de 2007, vencidas pelo defunto Presidente Umaru Yar'Adua, estiveram quase a ser anuladas pelo Tribunal Supremo após a contestação dos seus resultados. Para este processo eleitoral foi feita uma grande aposta na transparência do processo.

Para tal, a tão criticada Comissão Nacional Eleitoral Independente (INEC) foi submetido a uma revisão interna no âmbito do seu novo líder, o Professor Attahiru Jega. O INEC afirmou que o investimento feito em recursos humanos, tecnologia e capacidade financeira permitiam pensar num processo imparcial e transparente. Porém, os acontecimentos demonstraram que a realidade não foi bem assim. Antes e durante o recenseamento eleitoral, houve relatos de roubo do equipamento, o mau funcionamento de equipamentos, funcionários mal preparados e longas filas de espera durante as votações.

A importância deste acto eleitoral ultrapassa as fronteiras nigerianas, tendo impacto quer na região da África Ocidental, quer em todo o continente africano. A dimensão da Nigéria, aliada à sua produção petrolífera, sendo que alterna com Angola o estatuto de principal



Angola Lidera Crescimento Mundial

Segundo a Constituição nigeriana, um candidato a Presidente deve vencer pelo menos com dois terços dos sufrágios expressos nos 36 Estados do país para ser eleito.

Após o clima de violência que se seguiu ao anúncio dos resultados das eleições presidenciais, a Nigéria enfrentou um novo teste eleitoral a 26 de Abril com a realização das eleições para governadores de 24 estados. Apesar da perda de alguns Estados para a oposição, o Partido Democrático Popular (PDP), no poder na Nigéria, ganhou a maioria dos 24 Estados.

De acordo com os resultados publicados pela Comissão Nacional Eleitoral Independente, o PDP ganhou em 16 Estados, seguido do Congresso para Acção da Nigéria (ACN) e do Partido Popular da Nigéria (ANPP), que conquistaram três Estados cada, e do Congresso para a Mudança Progressiva (CPC), que ganhou num Estado.

O ACN conquistou dois Estados (Oyo e Ogun, no sudeste) ao PDP, elevando assim para seis o número de Estados sob seu controlo contra apenas um que detinha desde as eleições de 2007.

As eleições de governadores prosseguiram no dia 28 nos Estados de Bauchi e Kaduna, no norte do país, após o adiamento da votação por dois dias por motivos de segurança. Os dois Estados estão entre os vários do norte que foram vítimas da violência pós-eleitoral maciça após as eleições presidenciais e que provocaram centenas de mortos



De acordo com o relatório anual, World Economic Outlook, do Fundo Monetário Internacional (FMI), Angola apresentará uma das maiores taxas de crescimento mundiais em 2012 (10,5%), sendo apenas superada pela economia iraquiana (12,6%). O crescimento angolano será muito superior à média estimada para a economia mundial em 2012 (4,5%).

O FMI reviu em alta as estimativas para a evolução da economia angolana em relação às suas previsões de Outubro de 2010. Assim, a taxa de crescimento estimada para o PIB, em 2011, passa de 7% para 7,8% e, no que respeita a 2012, a previsão de crescimento de 6,2% formulada em Outubro é elevada agora para 10,5%.

O crescimento estimado para este ano (7,8%) traduz uma recuperação muito significativa em relação aos 1,6% de crescimento do PIB registado pela economia angolana, de acordo com o FMI, em 2010.

Também a balança corrente regista uma evolução muito positiva, passando de uma posição deficitária de 1,8% do PIB, em 2010, para um excedente correspondente a 6,2% do PIB este ano e de 9,5% no próximo. Tendo presente as estimativas divulgadas pelo Fundo em Outubro de 2010, constata-se uma melhoria muito sensível da posição angolana, já que, na altura, as previsões apontavam para um saldo da balança corrente, em percentagem do PIB, de 1,3%, em 2011, e de 3,2% no próximo.

Já a inflação, de acordo com as previsões do FMI, continua a representar um dos maiores problemas da economia angolana, passando, em termos médios, de 14,5%, em 2010, para 14,6% este ano e descendo para 12,4% em 2012. Neste capítulo, as perspectivas pioram em relação às projecções de Outubro último, as quais apontavam para 13,3% em 2010, 11,3% em 2011 e 10,8% em 2012.

Angola irá crescer claramente acima da média da economia mundial (4,5% em 2012) e mesmo acima da taxa de crescimento prevista para os mercados emergentes (6,5%). Crescerá, de acordo com as previsões do FMI, também muito acima da média da África Subsariana (5,5% em 2011 e 5,9% em 2012) e dos países africanos exportadores de petróleo (6,9% em 2011 e 7% em 2012).

Em 2011, o crescimento angolano só será superado pelo do Gana (13,7%), sendo que Angola é o país africano que mais crescerá no próximo ano e, abstraindo do caso do Iraque, que tem as suas es



peculiaridades em termos de crescimento sustentável, a economia angolana será mesmo a que mais crescerá no mundo em 2012.

Em relação a Cabo Verde, as últimas previsões do FMI mostram uma forte aceleração em 2012, com um crescimento de 6,8%. O FMI destaca a recuperação da economia cabo-verdiana no ano passado, após o forte abrandamento sofrido em 2009 em consequência da crise global. A previsão do crescimento da economia do arquipélago para este ano é de 5,5%, semelhante à registada em 2010.

Também Moçambique, segundo as previsões do FMI, vai ter um desempenho acima da média da região da África Austral, com o Produto Interno Bruto (PIB) a crescer 7,5%, em 2011, e 7,8% em 2012. Para os outros dois países africanos de língua portuguesa, o FMI prevê o crescimento das respectivas economias abaixo da média da região este ano. A economia da Guiné-Bissau deverá crescer 4,3% este ano e 4,5% no próximo ano, e a de São Tomé e Príncipe 5% este ano e 6% em 2012.



Companhias Aéreas de Moçambique proibidas de voar para a Europa

Desde Abril que as transportadoras aéreas certificadas em Moçambique estão proibidas de realizar voos para a União Europeia. A Comissão Europeia recebeu o apoio unânime do Comité da Segurança Aérea europeia para tomar esta decisão.

A UE justificou a sua decisão de incluir as transportadoras aéreas moçambicanas na lista negra da UE devido às graves deficiências detectadas na área da segurança.

O governo de Maputo declarou ter recebido com surpresa a decisão da UE, de interditar o espaço europeu a voos de todas as companhias aéreas moçambicanas, e reconheceu o impacto negativo da medida nos voos domésticos.

“Estamos surpreendidos com esta decisão. Se tivéssemos consciência de que isso poderia acontecer, teríamos acelerado muito mais a implementação das nossas medidas de correcção iniciadas em 2010, mas sobre as quais temos vindo a trabalhar em 2008” referiu o Ministro dos Transportes e Comunicação de Moçambique, Paulo Zucula.

Zucula, adiantou que após a recepção dos resultados da auditoria, o Instituto de Aviação Civil de Moçambique (IACM) comprometeu-se com a Organização Internacional de Aviação Civil (ICAO) em corrigir as deficiências detectadas até Setembro deste ano e estabeleceu um plano imediato de acção.

As companhias moçambicanas foram interdidadas de utilizar o espaço aéreo europeu na sequência de uma auditoria realizada, em Janeiro de 2010, pelo ICAO, que detectou irregularidades no processo de certificação de operadores aéreos, regulamentação aeronáutica, capacitação técnica e institucional, entre outras.

Em Moçambique operam 13 companhias certificadas: LAM, Moçambique Express (Mex), Trans Airways/Kaya Airlines, Helicópteros Capital, CFA Moçambique, Unique Air Charter, Aerovisão De Moçambique, Safari Air, ETA Air Charter Lda, Emílio Air Charter Lda, CFM-TTA Sa, Aero-Servicos Sarl e VR Cropsprayers Lda.

Os voos da companhia moçambicana LAM entre Lisboa e Maputo mantêm-se, apesar da inclusão da transportadora na lista negra da



Cluster do Mar em Cabo Verde

União Europeia, uma vez que a responsável pela operação é a Euro-Atlantic, que é uma empresa portuguesa.

As Linhas Aéreas de Moçambique (LAM) apenas alugam um avião, neste caso de uma companhia de um país da União Europeia e, desde o avião, à tripulação, seguros e toda a responsabilidade operacional é dessa transportadora, que é quem tem de estar em conformidade.

Ao contrário da angolana TAAG, que quando conheceu decisão idêntica da União Europeia teve de suspender, temporariamente, os voos, já que usava aparelhos próprios e era responsável operacional, os voos da LAM não estão em causa.

A companhia moçambicana tem uma situação semelhante à da transportadora de São Tomé e Príncipe, a STP Airways, cuja aviação civil também está na lista negra da UE, mas continua a voar para Lisboa porque opera também através da EuroAtlantic.

A LAM iniciou a 1 de Abril deste ano voos regulares para Lisboa, assegurados duas vezes por semana, numa operação que a companhia moçambicana afirma ser estratégica. A companhia moçambicana operava anteriormente através da TAP na ligação de Maputo a Lisboa, mas essa situação alterou-se num acordo mais abrangente, que tem a ver com as ligações entre Maputo e Joanesburgo, na África do Sul.

O governo de Cabo Verde apresentou, em Maio, aos Estados membros da CPLP a sua aposta no "Cluster do Mar", instrumento estratégico da política de desenvolvimento cabo-verdiano, que consiste no investimento na Economia Marítima.

A apresentação foi feita pelo Secretário Estado do Recursos Marinhos cabo-verdiano, Adalberto Vieira, que efectuou, uma visita de trabalho a Portugal para participar nas jornadas sobre Economia Marítima, no âmbito do Congresso dos Jovens Empresários.

O Congresso foi promovido por associações de jovens empresários de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Portugal e contou com a presença do Presidente português, Aníbal Cavaco Silva, e de membros do governo de outros países lusófonos.

Orçado em, pelo menos, 300 milhões de euros, o "Cluster do Mar" é parte integrante da estratégia de desenvolvimento do arquipélago e que inclui dois outros instrumentos: o "Cluster do Ar" e o "Cluster das Novas Tecnologias".

A aposta no "Cluster do Mar" tem em conta a série de projectos a ele associados, como as pescas, a criação de um centro internacional de conservação, processamento e exportação de produtos marinhos, reparação naval, pesquisa oceanográfica (fármacos, energia produzida pelas ondas, alterações climáticas), que dependem, porém, do investimento externo.

O projecto visa facilitar o ensino das tecnologias e das ciências, garantir infra-estruturas de comunicação, promover a colaboração com quadros na diáspora, para que venham investigar em Cabo Verde, incentivos fiscais para empresas de tecnologia e desenvolver um parque tecnológico na Praia com um pólo em São Vicente.

Além disso, engloba ainda a reconversão dos portos em todo o arquipélago, com destaque para o da Cidade da Praia, já na segunda fase de reestruturação, e o do Porto Grande, no Mindelo, em que se pretende torná-lo num de referência no Atlântico Médio.

De referir que o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) já assumiu que vai apoiar financeiramente os quatro Clusters: do Céu (infra-estruturas aeroportuárias), do Mar (infra-estruturas marítimas), das Novas Tecnologias de Informação e Comunicações e do Desenvolvimento do Sistema Financeiro. Projectos que, farão de Cabo Verde uma porta de e para África.





Eleições Presidenciais em São Tomé e Príncipe

No dia 14 de Abril, o actual Presidente de São Tomé e Príncipe, Fradique de Menezes, marcou a data das próximas eleições presidenciais para 17 de Julho. Menezes, no cargo desde Setembro de 2001, não respeitou, ao fixar a data, a tradição de consultar a Comissão Nacional Eleitoral (CNE).

A CNE, que enfrenta grandes dificuldades financeiras para a realização do recenseamento eleitoral dos cidadãos residentes no exterior, admitiu a surpresa com a oficialização do dia das eleições, embora seu porta-voz, José Ramos, tenha reconhecido que já estava previsto pela Comissão que as eleições fossem organizadas em finais de Julho ou início de Agosto. Ramos ainda reconheceu que o Presidente tem o respaldo legal para marcar isoladamente as eleições presidenciais. O problema, entretanto, é saber se os trabalhos da CNE se adaptarão à vontade de Fradique de Menezes, que manifestou inúmeras vezes o desejo de deixar o cargo em Setembro deste ano.

Um dos problemas mais urgentes em torno da questão diz respeito ao recenseamento eleitoral. A Comissão Eleitoral iniciou no fim do mês de Março os trabalhos de actualização dos cadernos eleitorais e da elaboração do calendário eleitoral, que teve de ser reorganizado para atender ao prazo de meados de Julho. Esta acomodação, no entanto, não foi simples, foi necessário um esforço comum, entre a CNE e a Assembleia Nacional, para elaborar os actos legais com o objetivo de acolher a determinação presidencial. A maior dificuldade, agora, será a de efectuar o recenseamento dos são-tomenses no exterior, designadamente, em Portugal, Guiné Equatorial, Angola e Gabão.

A demora no recenseamento desses eleitores reside na incapacidade financeira de São Tomé e Príncipe. O orçamento da CNE para a realização do trabalho é de aproximadamente 18 milhões de dobras (1 euro igual a 24.500 dobras), mas o governo disponibilizou apenas 2 milhões de dobras. Esta discrepância da verba necessária para a esfera eleitoral coincide com a dificuldade do Estado são-tomense em cumprir aquilo que consta no Orçamento Geral do Estado. Do montante aprovado na Assembleia Nacional em Janeiro, e promulgado pelo Presidente em Fevereiro, o governo dispõe de apenas 7% do necessário. Assim, depende de ajuda internacional para obter os restantes 93%.

Diante desta dificuldade, o Primeiro-Ministro Patrice Trovoada visitou, o Gabão, Dubai e Angola, tendo como objetivo angariar apoio

de alguns países para o cumprimento do orçamento de 2011. Em Libreville, Trovoada conseguiu, do governo de Ali Bongo, uma verba de 5 milhões de dólares. Em Luanda e Dubai, oficialmente, o Primeiro-Ministro negociou a implementação de projetos já acordados. O governo são-tomense recebeu também, no final do mês de Março, uma ajuda financeira do Banco Mundial, de 6,2 milhões de dólares. O auxílio do BM visou reforçar, diretamente, o orçamento estatal para o ano corrente. A liberação da verba, contudo, depende de uma contrapartida de São Tomé e Príncipe, ou seja, de algumas reformas macro-económicas a serem realizadas nos próximos dois meses.

Com os problemas financeiros do país, que atingem directamente os trabalhos da CNE na organização das eleições, os partidos políticos manifestaram a sua preocupação em relação aos efeitos que isto terá no acto eleitoral. A Acção Democrática Independente (ADI) do Primeiro-Ministro Trovoada, que possui maioria na Assembleia Nacional, embora tenha reconhecido a legitimidade do Presidente ao agendar o pleito, admitiu certo receio com os atrasos do recenseamento eleitoral. Idalécio Quaresma, líder parlamentar da ADI, mencionou, inclusive, a possibilidade de se encontrarem alternativas para a realização das eleições, caso a CNE não consiga respeitar os prazos necessários. Por outro lado, o partido Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/ Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD), com maior número de cadeiras na oposição parlamentar, avaliou de modo positivo a decisão de Fradique de Menezes. Para os líderes do MLSTP/PSD e, também, do Partido de Convergência Democrática (PCD), cabe ao executivo, sob o comando do político da ADI, disponibilizar os recursos para a concretização da disputa para o cargo presidencial.

Coincidentemente ou não, é no interior do MLSTP/PSD onde a eleição presidencial parece estar a despertar mais interesses, com a intensificação das disputas em torno do seu candidato, o que gerou, inclusive, conflitos entre as suas tradicionais tendências. Esta situação contrasta com a realidade do Movimento Democrático Forças da Mudança – Partido Liberal (MDFM-PL), de Fradique de Menezes, e da ADI, que ainda não se pronunciaram sobre uma candidatura própria. Ou do PCD, cujo objetivo será o de apoiar outro partido ainda não definido.

No dia 2 de Abril, o Conselho Nacional do MLSTP/PSD escolheu, por aclamação, o deputado Aurélio Martins como candidato para Presidente. Martins, empresário muito próximo de Angola, e que exerce,



Reunião dos PMA em Istambul

desde Janeiro, o cargo de Presidente do partido. Aurélio Martins apresentou-se ao Conselho Nacional como uma possibilidade de renovação, por ser jovem, 44 anos, e por não ter o desgaste junto à população em cargos como o de presidente do país.

O discurso da renovação parece acompanhar Martins desde quando assumiu o cargo mais alto do partido. Foi deste modo que venceu Jorge Amado na corrida pela presidência do MLSTP/PSD, prometendo resgatar o protagonismo perdido pelo histórico partido no cenário nacional.

A escolha do candidato presidencial do MLST/PSD não tem sido uma questão consensual. Vários tem sido os nomes apontados, destacando-se, os de Manuel Pinto da Costa, primeiro Presidente do país, entre 1975 a 1990; Maria das Neves, actual Vice-Presidente da Assembleia Nacional e ex-primeira-ministra; e Elsa Pinto, ex-Ministra da Defesa.

Após a escolha de Aurélio Martins, Pinto da Costa não se pronunciou, ao contrário de Maria das Neves e Elsa Pinto, que contestaram publicamente a decisão do Conselho partidário. Os protestos de ambas, contudo, não se restringiram a manifestações de descontentamento com o processo electivo, mas apontaram para um afastamento permanente do partido. Esta constatação face ao Presidente do partido, fez com que ambas tenham decidido avançar com pre-candidaturas independentes à presidência da República, sem o apoio oficial do MLSTP/PSD.

Face a uma vaga de fundo, Pinto da Costa aceitou candidatar-se novamente à presidência do país, tendo sido o primeiro candidato a oficializar a candidatura.



Dirigentes de 48 dos chamados Países Menos Avançados (PMA), de doadores e de instituições internacionais reuniram-se a 9 de Maio, em Istambul, sob o patrocínio do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, para construir um novo plano de 10 anos, de ajuda às nações mais pobres do planeta.

O grupo dos PMA é composto de 48 nações (33 na África, 14 na Ásia, mais o Haiti) economicamente vulneráveis, com grandes dificuldades sociais. No âmbito da II Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a estratégia então adoptada reconhecia a existência de um grupo de países que, pelas suas especificidades, requeria uma atenção especial.

Neste contexto, o então Comité para o Planeamento do Desenvolvimento criou, em 1971, a categoria de País Menos Avançados, na qual tinham cabimento todos os países cujas populações viviam em situação de pobreza severa e que apresentavam sérias vulnerabilidades aos níveis institucional, económico e do capital humano. A definição da condição de PMA passou a ser feita com base na observância de três critérios: i) PIB per capita inferior a 745 USD ii) Índice de Capital Humano superior a 58 e iii) Índice de Vulnerabilidade Económica inferior a 42.

A Conferência da ONU sobre este tema realiza-se a cada dez anos. A França acolheu as duas primeiras, em 1981 e 1990, e Bruxelas, a terceira, em 2001. Para Ban Ki-Moon, o apoio a estes países não se trata de caridade, mas de um investimento prudente, esforçando-se para convencer os Chefes de Estado e de Governo presentes dos benefícios mútuos da ajuda aos PMA, nomeadamente, para se evitar bolsas de exclusão que, num mundo interdependente, não deixa de ter consequências negativas para todos.

Ban destacou a necessidade de apoiar a agricultura dos PMA, que empregam cerca de 70% da população destes países, como motor importante para o desenvolvimento. Os PMA estão confrontados a uma perspectiva real de uma nova crise alimentar e nutricional, daí que a aposta nestá área seja crucial.

O Secretário-geral da ONU também anunciou que as Nações Unidas vão colocar em prática mecanismos de controlo das promessas de ajuda feitas por países doadores

“Recebemos compromissos muito generosos no passado, mas que



não tiveram efeitos concretos (...) é por isso que afirmo que a ONU vai controlar relatórios dos progressos feitos e a aplicação dos compromissos", declarou Ban durante a Conferência.

Lista dos Países Menos Avançados (PMA):

	Afeganistão		Madagáscar
	Angola		Malawi
	Bangladesh		Mali
	Benim		Mauritânia
	Butão		Moçambique
	Burkina-faso		Myanmar
	Burundi		Nepal
	Cambodja		Níger
	República Centro-Africana		Ruanda
	Chade		Samoa
	Comoros		São Tomé e Príncipe
	República Democrática do Congo		Senegal
	Djibuti		Serra Leoa
	Guiné Equatorial		Ilhas Salomão
	Eritreia		Somália
	Etiópia		Sudão
	Gâmbia		Timor-Leste
	Guiné Conacry		Togo
	Guiné-Bissau		Tuvalu
	Haiti		Uganda
	Kiribati		Tanzânia
	Laos		Vanuatu
	Lesoto		Iémen
	Libéria		Zâmbia

O Plano de Acção 2011-2020, concluído durante os cinco dias da Conferência de Istambul, estabelece uma meta de reduzir para metade o número de países menos desenvolvidos, até 2020.

O novo Programa, que substitui o plano de ajuda aprovado em Bruxelas, em 2001, dá ênfase à necessidade de se desenvolver a capacidade de produção das economias dos PMA, que, na sua maioria, têm uma fraca estrutura e são baseadas em exportações de bens essenciais e produtos agrícolas.

Apostar na capacidade de produção "é a melhor forma de gerar crescimento e riqueza, de modo a tornar duráveis os progressos atingidos pelos PMA no domínio do desenvolvimento humano", explicou hoje o alto representante da ONU para os PMA, Cheikh Sidi Diarra.

É por isso necessário ajudar os PMA, cujas economias não atraem investimento directo estrangeiro, a construir "as bases para que possam tornar-se competitivas e integrar o processo mundial de globalização", venceu.

O acordo de Istambul estabelece igualmente metas de crescimento económico na ordem "dos 7% por ano para os PMA", um objectivo "substancial para erradicar a fome nestes países até 2020 e diminuir para metade o número de pessoas sem acesso à água potável até 2015", lê-se na versão preliminar do acordo¹.

Os doadores internacionais também renovaram o compromisso de destinar "entre 0,15% e 0,20% do PIB à Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)", algo que já tinham prometido em 2001 mas que, em grande parte, ficou por cumprir.

No encerramento dos trabalhos em Istambul, Cheick Sidi Diarra anunciou que a melhoria da situação económica coloca Angola, e ainda Timor-Leste e a Guiné Equatorial no segundo pelotão da lista dos Estados que podem deixar o grupo dos Países Menos Avançados nos próximos anos. No primeiro pelotão, e em melhor situação, estão a Samoa, Tuvalu e Vanuatu.

Angola foi um dos países presentes neste encontro com maior capacidade para abandonar rapidamente o estatuto de PMA. Os projectos do governo angolano para a redução da pobreza poderão, no prazo de cinco anos, contribuir para retirar Angola da lista dos Países Menos Avançados.

¹ **United Nations:** Programme of Action for the Least Developed Countries for the Decade 2011-2020.
http://www.ldcwatch.org/attachments/198_Istanbul%20Programme%20of%20Action.pdf



De acordo com a Ministra do Planeamento de Angola, Ana Dias Lourenço, os projectos já realizados pelo seu país, juntamente com aqueles que estão planeados e em curso perspectivam um futuro optimista. Segundo Ana Dias Lourenço, o governo angolano realo-
jou mais de 4 milhões de deslocados e refugiados de guerra e tem trabalhado na criação de condições económicas e sociais para a melhoria do bem-estar das populações.

Oficiais Ruandeses Condenados por Genocídio

O General Augustin Bizimungu, foi condenado, em Maio, pelo o Tribunal da ONU, sediado na Tanzânia, para julgar os crimes de guerra no Ruanda, a 30 anos de prisão pelo papel que desempenhou no massacre que ocorreu no país durante o genocídio de 1994.

Além de Augustin Bizimungu, o Tribunal da ONU, também condenou o antigo Chefe da polícia paramilitar Augustin Nindiliyimana, entretanto libertado por já ter cumprido a pena. O Major Francois-Xavier Nzuwonemeye e o Capitão Innocent Sagahutu foram ambos sentenciados a 20 anos de prisão por crimes contra a humanidade.

Bizimungu, hoje com 59 anos, andou a monte durante oito anos até ser detido, em 2002, por rebeldes da UNITA em Angola. Figurou na lista dos mais procurados suspeitos de genocídio dos EUA e o governo americano chegou a oferecer uma recompensa de cinco milhões de dólares pela sua captura. O Tribunal referiu que o General tinha completo controlo sobre as suas tropas e as incitava à matança com promessas de armas e combustível para incendiar casas.

Já Nindiliyimana possuía um controlo limitado sobre os seus homens e opunha-se ao massacre. Condenado a 11 anos de prisão, este foi libertado por já se encontrar detido desde 2000. Nzuwonemeye e Sagahutu foram acusados de ordenarem o assassinato da Primeira-Ministra Agathe Uwilingiyimana, que resultou na morte de oito capacetes azuis e acabou por levar a ONU a abandonar o Ruanda

O genocídio no Ruanda teve como ponto de partida a morte do Presidente Juvenal Habyarimana, a 6 de Abril de 1994, quando o seu

avião foi abatido. Poucas horas depois membros do governo organizaram milícias compostas por homens da etnia Hutu que chacinaram, por todo o país, os membros da minoria Tutsi, bem como Hutus moderados. Em poucos mais de três meses, 800.000 pessoas foram mortas.

Com o objectivo de julgar os responsáveis pelo genocídio, a ONU promoveu a criação do Tribunal Penal Internacional para o Ruanda, o qual ficou sediado em Arusha na Tanzânia. O objectivo do Tribunal é o de julgar os responsáveis pelo genocídio ocorrido em 1994, assim como outras violações a leis humanitárias internacionais cometidas por oficiais e cidadãos ruandeses e ocorridas no território de Ruanda no período entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro do mesmo ano. A procura de justiça visava contribuir para a reconciliação nacional no Ruanda.

Eleições Locais na África do Sul

Realizaram-se, a 18 de Maio, eleições locais na África do Sul. Embora o poder dominante do Congresso Nacional Africano (ANC) não estar ameaçado, estas eleições serviam para ver até que ponto o principal partido da oposição, a Aliança Democrática (DA) conseguia manter a sua rota de crescimento.

Os resultados finais deram a vitória ao ANC, com 22 milhões de votos, o que representou cerca de 63% dos votos, mas a DA registou um importante crescimento, passado de 15% dos votos nas eleições de 2006, para 23% dos votos, o que representou mais de 7.5 milhões de votos. Tendo em atenção que apenas 8% dos eleitores é que são brancos, este resultado significa a capacidade da DA em obter votos junto da população negra, ultrapassando assim o estigma de ser apenas um partido de brancos. O bom resultado da DA beneficiou da fusão com os Independent Democrats de Patricia Lille, que foi candidata à presidência da Câmara da Cidade do Cabo e dos bons resultados alcançados em termos de governação local. Este crescimento foi acompanhado por importantes vitórias. Se, por um lado, manteve o controlo da Cidade do Cabo, a segunda maior do país, aumentou consideravelmente a votação em várias das principais cidades do país.

Uma das dúvidas destas eleições prendia-se com a possibilidade da DA ganhar em Ethekwini, que alberga a cidade de Nelson Mandela Bay (Port Elizabeth). Os fracassos na administração desta área, punham em perigo o controlo da mesma pelo ANC. No entanto, e apesar do bom resultado da DA que subiu consideravelmente, o ANC manteve o controlo desta área.

Na província do Western Cape, o grande bastião da DA, a sua maioria aumentou, de 48% dos votos nas eleições de 2006 para 59% nestas eleições. Para além da Cidade do Cabo, a DA ganhou igualmente o controlo de grande parte das cidades desta província. No resto do país, a DA registou aumentos consideráveis na sua votação: obteve mais 38% em Tswane (Pretória), mais 8% dos votos de 2006; 34% em Joanesburgo, mais 7% do que em 2006; 40% em Nelson Mandela Bay (Port Elizabeth) mais 16% do que em 2006; 24% em Ethekwini (Durban), mais 7% do que em 2006.

O ANC, embora tenha ganho em todas as outras províncias com margens confortáveis, desceu em todas elas menos no Kwazulu Natal, ao qual não é alheio o facto do Presidente do ANC e do país, Jacob Zuma, ser zulu.

O grande derrotado destas eleições é o Partido da Liberdade Inkhata (IFP), cujo apoio está predominantemente confinado à província do Kwazulu Natal, dominado pelos zulus. O Inkhata perdeu apoio significativo para o recém-criado Partido da Liberdade Nacional (NFP). O NFP surgiu de uma cisão do IFP no ano passado. O IFP obteve 1.3 milhões de votos enquanto que o NFP obteve cerca de 900 mil votos.

Apesar de terem participado 121 partidos e movimentos nestas eleições, os resultados finais mostram que o país tem apenas duas forças verdadeiramente nacionais, o ANC e a DA. Nesse sentido, as próximas eleições gerais, marcadas para 2014, serão uma luta entre estes dois partidos, mantendo-se como terceira força o COPE. A manter-se a actual situação o IFP tenderá a desaparecer.

Apesar de alguns problemas associados à governação, em que se destacam os casos de corrupção e o não cumprimento de algumas promessas relacionadas com a habitação e distribuição de terras, ainda não será nas próximas eleições que o ANC verá a sua hegemonia posta em causa.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA
Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA
Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@fportugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica
Responsáveis pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação
Porta de Comunicação

Tiragem
500 exemplares

Impressão
Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05